

Lisboa foi palco de vários protestos contra a extinção das freguesias



Memorando tirou 120 milhões por ano e 23 mil funcionários

Administração local. As imposições da 'troika' tiraram funcionários e receitas às autarquias. E a partir de dia 29 desaparecem 1168 freguesias, medida que, segundo a Associação Nacional de Freguesias, não se traduz em poupança

RUI PEDRO ANTUNES

O memorando da *troika* foi duro para as autarquias, com uma receita impiedosa: diminuir o pessoal, cortar nas transferências do Estado central e reduzir "significativamente" o número de municípios e freguesias. Resultado: dois anos e meio depois de a *troika* aterrar na Portela as autarquias contam com menos 1168 freguesias, menos 23 240 funcionários e as transferências caíram 120 milhões de euros.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses demonstra que – no ano anterior à chegada da *troika* (2010) – o Estado transferiu para o poder local 839,3 milhões de euros, quando o valor em 2012 se ficou pelos 718 milhões – uma quebra de 14,5%, que significa menos

120 milhões disponíveis por ano. Ora, a *troika* exigia no memorando uma redução de 175 milhões para o poder "local e regional", o que incluía as transferências para as regiões autónomas. Daí que o vice-presidente da Associação de Municípios Portugueses, Rui Solheiro (PS), considere que "o Governo foi além da *troika* e asfixiou as autarquias". Solheiro acredita que o memorando e a atuação do Governo contribuem para um "mais acentuado centralismo" e alerta que a Lei das Finanças Locais, que prevê a captação por parte da Administração Central do imposto municipal sobre transmissões (IMT), vai fazer que os municípios percam mais de 500 milhões de euros.

Para o "vice" da ANMP e presidente da Câmara de Melgaço quem perde mais com estes cortes "é a po-

pulação portuguesa, pois as autarquias são obrigadas a reduzir serviços". Lembra ainda que "passaram a existir graves problemas sociais aos quais as autarquias não conseguem dar resposta".

A nível de recursos humanos também houve uma drástica redução em apenas dois anos. A uma média de saída de 726 funcionários por mês. A 1 de janeiro de 2011 – ano da chegada da *troika*, ainda que meses mais tarde – existiam, de acordo com a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, 138 250 funcionários nas câmaras. Porém, em junho de 2013, segundo o mesmo organismo eram apenas 115 010: menos 16,8% de funcioná-

rios. A *troika* exigia no memorando apenas um "decrécimo de 2% no número de trabalhadores das administrações local e regional".

É claro que, como explica o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL), Francisco Braz, Bruxelas "foi fazendo várias alterações, exigindo cada vez mais". Ainda assim, garante que o Governo conseguiu "ir além do protocolo, que, por si, já era mau".

Pessimista, Francisco Braz acredita que a redução de pessoal nas autarquias está apenas no início: "A Comissão Europeia exigiu agora a privatização das águas, do saneamento e dos resíduos e isso só

é possível com a liquidação do poder local. Vai fazer que saiam ainda mais trabalhadores das autarquias." O sindicalista denuncia que o Governo já iniciou "a pressão sobre os municípios para privatizarem o tratamento dos resíduos sólidos, pressão que só foi amenizada por causa das eleições, mas após as autarquias vai explodir tudo, forçando a saída de mais pessoas da administração local."

Outro dos aspetos exigidos pelo memorando foi a "reorganização dos 308 municípios e 4259 autarquias". O secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro, considera que o ponto foi cumprido, com a reorganização das autarquias (ver entrevista ao lado), mas o texto inicial do memorando é claro quanto à imposição de reduzir não só "parishes" (fregue-

Câmaras perderam 726 funcionários por mês nos últimos dois anos

AUTÁRQUICAS

As dez autarquias menos endividadas
PER CAPITA, EM EUROS

1	Cinfães	73,5
2	Penadono	75,8
3	Penacova	89,8
4	Ponte de Lima	90,6
5	Elvas	108,3
6	Mealhada	119,3
7	Benavente	119,8
8	Ponte de Sor	122,4
9	Redondo	124,2
10	Caldas da Rainha	138,8

As dez autarquias mais endividadas
PER CAPITA, EM EUROS

1	Fornos de Algodres	7017,0
2	F. Espada à Cinta	4673,2
3	Mourão	3936,0
4	Alfândega da Fé	3931,1
5	V. R. de Sto. António	3655,7
6	Alandroal	3595,5
7	Castanheira de Pera	3481,7
8	Nordeste	3415,0
9	Povoação	3383,5
10	Celorico da Beira	3050,5

Fonte: Análise Financeira dos Municípios 2011 e 2012 | Infografia DN

6 PERGUNTAS A...

"Freguesias vão ter mais meios e competências"

ANTÓNIO LEITÃO AMARO
Secretário de Estado da Administração Local

A redução de mil milhões de euros nas dívidas das autarquias é consequência direta das imposições da troika?

Quando este Executivo chegou ao Governo, o memorando da troika já lá estava e tinha muitas obrigações muito fortes sobre as autarquias. A partir daí, tanto por obrigações junto da troika, mas também porque tínhamos a noção de que era necessário melhorar a saúde financeira do sector, houve várias intervenções legislativas, nomeadamente ao nível das possibilidades de endividamento, pagamentos em atraso, trabalhadores e receita.

É portanto fruto de uma conjugação de fatores?

Há decisões do Governo, obrigações do memorando de entendimento que o Governo, genericamente, cumpriu. Conseguimos alguma flexibilidade relativamente à redução do número de autarquias...

Ficamos apenas pela redução de freguesias? Ou também vai haver redução de municípios?

A expressão, no memorando, era autarquias, sem distinguir. Portanto, não haverá redução de municípios?

Não. Porque se fizéssemos uma comparação internacional entre o número de municípios por população e por território, Portugal tem um número relativamente baixo de municípios e a sua distribuição é mais homogênea do que a das freguesias.

Esta redução traz poupanças? Há uma poupança imediata nos custos dos órgãos políticos e haverá economias de escala. Posso ter o mesmo nível de serviço com uma redução dos custos.

As populações não vão perder serviços?

Estamos a agregar freguesias para as tornar mais fortes, com mais meios e competências. M.M.

4 PERGUNTAS A...

"Alguns excessos e abusos não podiam continuar"

DOMINGUES AZEVEDO
Bastanário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

A redução de mil milhões de euros nas dívidas das autarquias é consequência direta das imposições da troika?

Deve-se mais a um estado de espírito do que consequência da troika. Uma maior consciência de que alguns excessos e abusos, que indiscutivelmente existiam, não podiam continuar, e que era necessário emendar um pouco a mão.

A Lei dos Compromissos também contribuiu?

Tudo isso levou a que se criasse um estado de espírito, por diversas razões. Primeiro, o momento nada bom da economia; segundo, o surgimento de um controlo mais eficaz e, naturalmente, também da necessidade de uma justificação maior do que aquela que até aí se usava. Tudo isso concorreu para que existisse esse mesmo corte.

Por imposição do memorando, registou-se uma diminuição das transferências para as autarquias...

Era lógico que viesse a acontecer porque se houve um aumento de receitas muito significativo do IMI nas autarquias locais é evidente que isso se iria refletir nas transferências do Governo central para as autarquias. Estas coisas não podem ser analisadas desgarradas, mas antes como estando interligadas entre si. Claro que a troika teve também uma influência importante na medida em que é uma espécie de aviso, dizendo "tens de parar, não podes continuar com esses comportamentos que tinham até agora".

Desde o início de janeiro de 2011 até junho, houve uma redução de 16,8% de funcionários nas autarquias e a troika exigia apenas 2%...

... O que revela algum despesismo. Vai o tio, o pai, a avó, vai toda a gente porque é familiar... Nesta altura, há que equacionar esses comportamentos e há que modificá-los. Isso é positivo. M.M.

sias) como "municipalities" (municípios).

O antigo ministro Miguel Relvas chegou a assumir publicamente que a troika queria reduzir as autarquias para metade. Mas ficaram intactas. Rui Solheiro explica que não era possível ser de outra forma. "A redução dos municípios não tinha sentido, servimos como exemplo de equilíbrio na Europa. Temos 32 mil habitantes por município quando a média europeia é de 5 mil. Em Espanha é de 5500. Na Grécia, a troika reduziu para um número próximo do nosso", explicou.

Mas as freguesias não escaparam. Foram agregadas e passaram de 4259 para 3091, mas isso não significará poupanças. Segundo o presidente da Associação Nacional de Freguesias a reforma não foi bem feita. Armando Vieira critica a pressa com que o processo foi feito, dizendo que o objetivo de "redução da despesa" não se verifica, pois a agregação de freguesias, à partida, "não trará poupança". E explica: "93% dos eleitos das freguesias estão neste momento em regime de voluntariado e a agregação vai aumentar o número de freguesias cujos dirigentes poderão ficar a meio tempo ou a tempo inteiro, pelo que não haverá redução da despesa. O próprio Governo admitiu isso."

Quebra de 13,4% na dívida e de 11,3% com pessoal

RESULTADOS Em 2012, câmaras reduziram dívida em mais de mil milhões de euros e gastaram menos 200 milhões em salários

Consequência do memorando da troika, da atuação do Governo ou da tomada de consciência de que as finanças locais tinham de entrar na ordem. Sejam quais forem as razões, o certo é que o endividamento das 308 câmaras municipais nacionais passou de 8,2 mil milhões de euros em 2011 para 7,1 mil milhões no ano passado. Uma quebra de 13,4% que surge como um dos principais dados quando se fala da saúde financeira dos municípios.

A entrada em vigor da Lei dos Compromissos, em fevereiro de 2012, foi o grande travão à despesa da administração local. Um fator ao qual Domingues Azevedo junta outros, desde a crise económica à maior fiscalização das contas, que criaram uma consciência de que era necessário alterar os comportamentos vigentes até então. (ver entrevista ao lado).

No entanto, nem todos os municípios contribuíram para este esforço de contenção da dívida das autarquias, que em 2006 representava 6% da dívida pública nacional e em 2012 apenas 3,6%. Mesmo com as limitações impostas pela Lei dos Compromissos, houve 31 municípios que não conseguiram baixar a sua dívida.

E, claro, também o nível de endividamento varia imenso de concelho para concelho. Em termos absolutos, Lisboa, com quase 660 milhões de euros, lidera. No entanto, se se dividir o total da dívida de cada município pelo número de habitantes, a realidade é bem diferente: a capital cai para a posição 125 e Fornos de Algodres lidera, com uma dívida de 7017 euros por habitante (ver infografia).

Outro indicador importante e imposição da troika era a redução das despesas com pessoal pela diminuição do número de trabalhadores. Uma redução que vai já nos 16,8% ao nível de funcionários (ver texto ao lado), e em 200 milhões no pagamento de ordenados.

MARINA MARQUES